

A partir de outubro já há dois medicamentos compartilhados para largar o vício do tabaco

written by O Cidadão | 26 de Setembro, 2024



A Autoridade Nacional do Medicamento de Produtos e Saúde (Infarmed) avançou que, no próximo mês, estará disponível no mercado um novo medicamento sujeito a receita médica, enquanto o outro, com a substância ativa **vareniclina**, também sujeito a receita médica, foi disponibilizado recentemente.

O genérico é do medicamento **Champix**, que era o único medicamento compartilhado pelo Estado, mas **que foi retirado do mercado em 2021** por decisão do laboratório.

No Dia Europeu do Ex-fumador, celebrado hoje, a coordenadora

da Comissão de Trabalho de Tabagismo da (SPP), Sofia Ravara saudou esta medida, sublinhando que existem estudos que mostram que **o baixo preço motiva os fumadores para deixar de fumar.**

Além disso, triplica a taxa de sucesso do tratamento, porque aumenta a adesão ao tratamento farmacológico, disse a responsável da SPP, que lançou a campanha **“Deixar de usar tabaco e nicotina: uma meta alcançável com tratamento”.**

A também professora da Universidade Beira Interior falava depois de a SPP ter feito as contas aos ganhos que se pode ter ao deixar de fumar com a participação de dois fármacos, sobretudo, do genérico, tendo concluído que **“continuar a fumar custa cinco vezes mais do que fazer o tratamento”.**

“O seu custo ronda os 26 euros para o contribuinte normal e 20 euros para o pensionista. Se pensarmos, por exemplo, que uma das marcas mais baratas para fumar custa 4,7 euros, o maço de tabaco, uma pessoa que fume 20 cigarros vai gastar 141 euros por mês, enquanto se fizer a terapêutica vai gastar 26 euros ou 20 euros se for pensionista”, realçou.

Para a especialista, esta poupança é **“extremamente apelativa”,** desejando que **“os fumadores tenham esta informação”.**

Destacou a importância da realização de campanhas regulares, como acontece em países como os Estados Unidos e Inglaterra, em rádios locais, nos serviços de saúde, nas redes sociais, para motivar os fumadores e divulgar o tratamento, **“porque pode ser difícil deixar de fumar”** e de usar os produtos de nicotina, o cigarro eletrónico, o tabaco aquecido, **“mas é uma meta alcançável com tratamento”.**

A especialista explicou que o tabaco aquecido e os ‘vapes’, tal como os cigarros convencionais, são dispositivos que fornecem nicotina inalada através dos pulmões, que atinge rapidamente a circulação sanguínea e o cérebro, libertando dopamina e outros neurotransmissores, que causam prazer e bem-

estar.

O seu uso regular induz facilmente dependência e, por outro lado, a privação nicotínica causa sofrimento e desejo intenso de consumir, daí a importância do tratamento farmacológico e do seguimento por um especialista em consultas de cessação tabágica que vai ajudar o fumador no trabalho de mudança comportamental.

Ressalvando que a comparticipação de mais medicamentos é **“uma excelente notícia”**, Sofia Ravara defendeu que também seria importante a comparticipação dos substitutos de nicotina que **“custam muito dinheiro”**, como as pastilhas e os adesivos com as formas orais de nicotina.

Defendeu, por outro lado, o aumento do tabaco aquecido e dos cigarros eletrónicos, através da taxação, numa altura em que se discute o Orçamento do Estado para 2025, observando que existem marcas que custam cerca de três euros, menos do que o tabaco normal, assim como um maço de cigarrilhas.

A SPP apela também ao Governo e decisores políticos para expandir **“os ambientes sociais totalmente livres de fumo”** e para garantir o acesso a programas abrangentes de cessação tabágica, reforçando a rede de consultas especializadas no SNS e na comunidade.

Defende também a formação dos profissionais de saúde para abordarem sistematicamente o tabagismo na prática clínica de rotina e a criação de uma linha telefónica SNS especializada para deixar de fumar.

“Do mesmo modo, urge proteger as crianças, os adolescentes e os adultos jovens do marketing enganoso e perverso da indústria do tabaco e da nicotina, regulando as suas atividades, e aplicando eficazmente a lei de prevenção e controlo de tabaco”, salienta.

0C/AJS/Lusa